

Título do capítulo	CAPÍTULO 2 – DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: ACRE
Equipe técnica	Bernardo Medeiros Danilo Coelho Ana Figueiredo
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-072-1/capitulo2

Título do livro	DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE NA REGIÃO NORTE DO BRASIL
Organizadora	Maria Paula Gomes dos Santos
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2024
Edição	-
ISBN	978-65-5635-072-1
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-072-1

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: ACRE¹

Equipe técnica

Bernardo Medeiros²

Danilo Coelho³

Ana Figueiredo⁴

Sistematização de dados estatísticos e produção de mapas

Milena Machado dos Reis⁵

Karolina Armstrong⁶

Paloma Palmieri⁷

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto do projeto Dinâmicas de Criminalidade e Políticas de Segurança nas Regiões Brasileiras. O esforço realizado teve como meta debater os principais aspectos da criminalidade nos estados da região Norte do país, trazendo para o debate o que a literatura tem a dizer sobre essas localidades que, por vezes, são negligenciadas no âmbito acadêmico. Assim, nas próximas páginas, temos um panorama do estado do Acre, com atenção especial às dinâmicas de criminalidade do estado.

A metodologia utilizada neste trabalho é o chamado método misto, exemplificado por Creswell e Clark (2013). A metodologia mista de pesquisa utiliza-se da potencialidade dos métodos quantitativos e qualitativos para propiciar um melhor entendimento do problema de pesquisa. Nesse sentido, dados disponibilizados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, além de outras fontes, foram analisados à luz de estudos empíricos, dando maior densidade à pesquisa e fornecendo um melhor entendimento dos fenômenos. Para além dos dados estruturados aqui debatidos, entrevistas presenciais realizadas *in loco* com atores-chave

1. Originalmente publicado como: Medeiros, B.; Coelho, D.; Figueiredo, A. *Dinâmicas da violência no território brasileiro: Acre*. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11984/4/RI_Dinamicas_da_Violencia_Acre.pdf. Acesso em: 6 mar. 2024.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: bernardo.medeiros@ipea.gov.br.

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: danilo.coelho@ipea.gov.br.

4. Auxiliar de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: figueiredo.ana@ipea.gov.br.

5. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: villelamilena@gmail.com.

6. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: karolina.armstrong@ipea.gov.br.

7. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: paloma.alves@ipea.gov.br.

do sistema de Justiça e Segurança Pública do Acre – incluindo Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Poder Judiciário e Ministério Público estadual – ajudaram a compor a base fática sobre a qual as análises deste estudo se desenvolvem.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS

O estado do Acre, situado na fronteira com o Peru e a Bolívia, pertence ao território brasileiro desde 1903. Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, firmado entre o governo brasileiro e o governo boliviano, uma permuta definiu que o Acre, já ocupado por seringueiros brasileiros, seria oficialmente anexado ao território brasileiro, em troca de terras situadas na foz do rio Abuña e na bacia do rio Paraguai, cedidas à Bolívia. Além disso, haveria uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas para aquele país. Apenas em 1962 o Acre foi elevado à categoria de estado.

Anteriormente à assinatura do tratado, entre 1899 e 1909, o território acreano viveu disputas travadas entre bolivianos, peruanos e brasileiros, em decorrência do alto valor adquirido pela borracha – produto abundante na região – na economia mundial.

O Acre está localizado no sudoeste da região Norte do país, ocupando uma área de 164.173,429 km², com uma densidade demográfica de 5,06 hab./km² (IBGE, 2022). Integrado por 22 municípios, possui uma população de 830.026 (IBGE, 2022). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado é de 0,71 (IBGE, 2021), e seu índice de Gini é de 0,54 (IBGE, 2021). A taxa de formalização da força de trabalho é de 45,5%, abaixo da média nacional (59,9%). Entre os indivíduos incluídos na população ocupada, 24,4% não possuem instrução ou ensino fundamental completo, valor acima da média nacional (21%). O rendimento mensal domiciliar *per capita* é de R\$ 1.038,00 (IBGE, 2022), próximo ao salário mínimo, que em 2022 era R\$ 1.212,00. Entre sua população jovem (25 a 29 anos), 44,1% das pessoas não estudam e nem trabalham, média consideravelmente superior à nacional (29,4%).

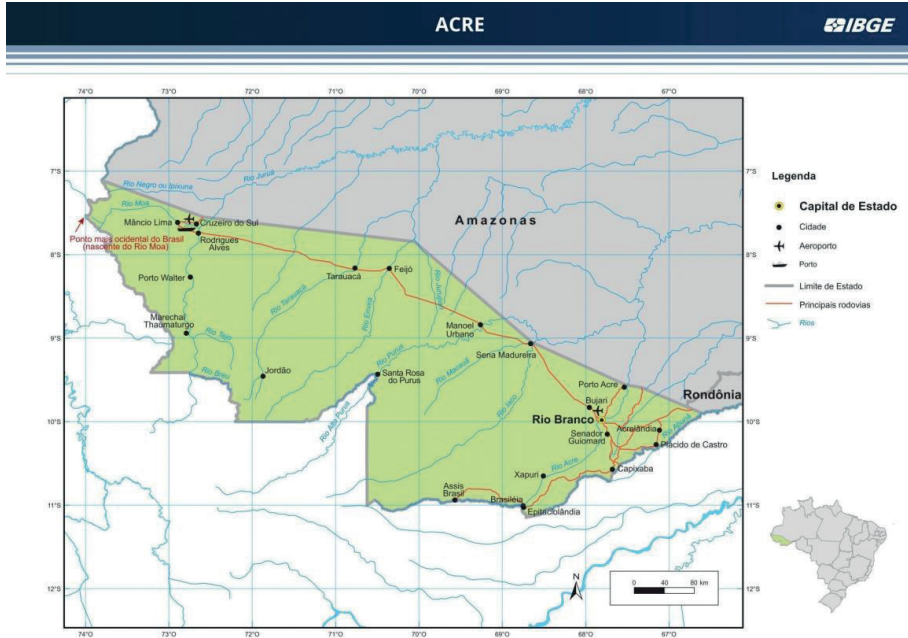
O estado possui uma grande população indígena, de 31.699 indivíduos, de treze etnias, que representam 3,82% da sua população; 68% dos indígenas do Acre habitam terras indígenas⁸ – TIs – (IBGE, 2023), as quais se situam em áreas protegidas ao longo da fronteira com o Peru e em regiões de influência das BRs 317 e 364.

No que tange às suas fronteiras e divisas, o Acre faz fronteira internacional com a Bolívia (Sul) e o Peru (Oeste) – ambos produtores de cocaína – e possui divisas estaduais com Rondônia (Leste) e Amazonas (Norte). Sua capital é Rio Branco, município mais populoso do estado, seguido por Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Tarauacá,

8. Disponível em: <http://semapi.acre.gov.br/terras-indigenas/#:~:text=As%20Terras%20Ind%C3%ADgenas%20do%20Estado,Ind%C3%ADgenas%20destinadas%20a%20quatorze%20povos.>

respectivamente. Diversos rios que atravessam o estado compõem a bacia amazônica, tais como Juruá, Purus, Acre, Tarauacá, Muru, Embirá e Xapuri. Ressalte ainda que o estado compõe a Amazônia Legal.

MAPA 1
Estado do Acre



Fonte: IBGE.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

3 HOMICÍDIOS

Segundo o Anuário de Indicadores da Violência do Ministério Público do Acre (2022), os homicídios representam “o limite da violência interpessoal” (MPAC, 2022, p. 102). Sendo assim, esse indicador possibilita mensurar o nível de violência letal empregado em determinado território. Desse modo, observar a sua variação no decorrer do tempo, seja pelo aumento ou pela diminuição – bem como proceder a uma análise da conjuntura do estado no período –, auxilia na compreensão do fenômeno complexo que é a violência criminal.

No quadro 1, são apresentadas as taxas médias de homicídio para os anos de 2018 a 2020 no Acre, por município. Durante esse período, catorze municípios (63,6% do total) apresentaram taxas médias de homicídio acima da média nacional

(23,2).⁹ Vale ressaltar que o município de Marechal Thaumaturgo não se encontra no quadro, porque não registrou nenhuma ocorrência no período em análise.

QUADRO 1

Grupos de municípios por faixa da taxa de homicídios

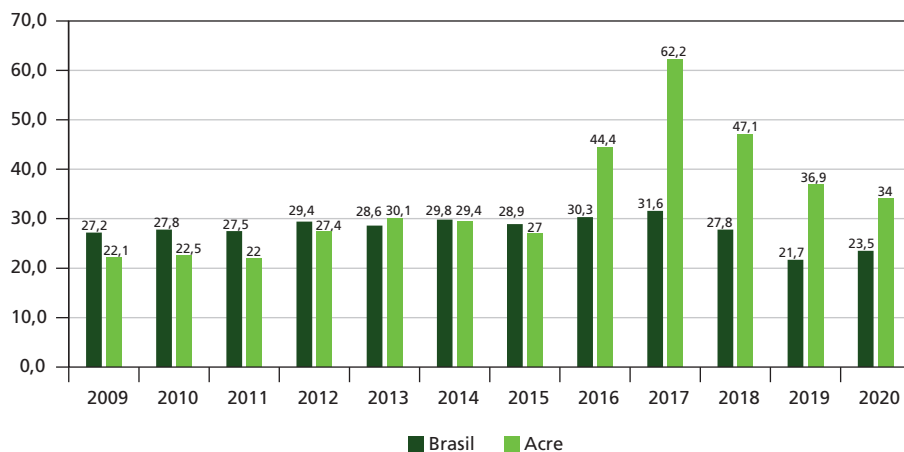
Grupos	Taxas médias de homicídios/100 mil hab.	Municípios
I	0 a 10,19	Jordão, Porto Walter e Santa Rosa do Purus
II	13,08 a 24,03	Xapuri, Rodrigues Alves, Sena Madureira, Epitaciolândia e Acrelândia
III	28,19 a 38,85	Manoel Urbano, Plácido de Castro, Mâncio Lima, Brasília, Senador Guiomard, Feijó, Porto Acre, Tarauacá e Cruzeiro do Sul
IV	42,61 a 49,76	Capixaba, Assis Brasil, Bujari e Rio Branco

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM).
Elaboração: Paloma Alves.

Em perspectiva geral, o estado possui taxas de homicídio acima da média nacional. No período de 2018 a 2020, o Acre apresentou uma taxa média de 39,3 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto a taxa média nacional era de 24,3. Na série histórica, é a partir de 2016 que o estado passa a apresentar taxas notadamente superiores à nacional, o que pode ser observado no gráfico 1.

GRÁFICO 1

Série histórica das taxas de homicídio – Acre e Brasil (2009-2020)

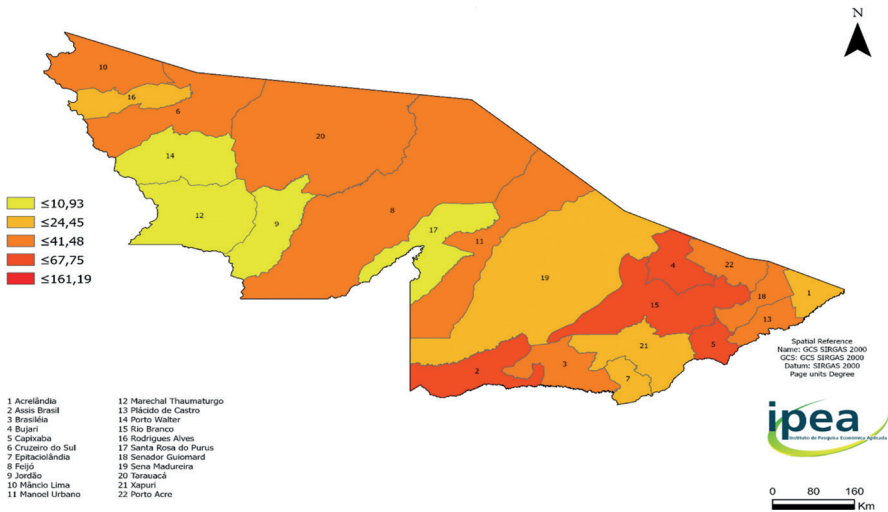


Fonte: SIM/Datasus.
Elaboração dos autores.

9. Segundo dados do SIM/Datasus.

MAPA 2

Taxas médias de homicídio – Acre (2018-2020)



Segundo o anuário do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), as principais motivações para a ocorrência dos homicídios dolosos¹⁰ consumados (HDCs) no estado seriam conflitos envolvendo o tráfico de drogas ilícitas e organizações criminosas (MPAC, 2022), o que se explicaria pelo fato de o Acre possuir extenso território de fronteira com países produtores de cocaína (Bolívia e Peru), a qual é escoada pelo território brasileiro para os mercados nacional e internacional (UNODC, 2023).

4 PRINCIPAIS CONFLITOS E ATIVIDADES RELACIONADAS

Figuras importantes e complexas marcaram a história da segurança pública do Acre, ajudando-nos a compreender melhor os conflitos que se desenvolvem no estado: Chico Mendes, assassinado em 1988, e Hildebrando Pascoal, ex-político local, atualmente em prisão domiciliar (Gadelha e Zancheta, 2019). Chico Mendes, filho de seringueiro, nasceu no município de Xapuri, foi um ambientalista, sindicalista e ativista político que lutou pelo fim da exploração dos seringueiros, pela preservação da floresta amazônica e pelo direito à terra dos povos extrativistas. Assassinado em 22 de dezembro de 1988 por donos de terra opositores à sua luta, Chico Mendes deixou seu legado. No velório do seringueiro, Luiz Inácio Lula da Silva discursou:

10. Aqueles em que o agente possui a intenção livre e consciente de praticar o ato lesivo.

A luta do companheiro Chico ganhou outra dimensão. O companheiro Chico começou a ser reconhecido por organismos internacionais, pelo Banco Mundial, pelo *Business*, pelo movimento ecológico do mundo inteiro. Ele começou a ser reconhecido, começou a ganhar prêmios, começou a viajar e a contar ao mundo o que acontecia aqui. E começou inclusive a dar palpite, opinião, sobre empréstimos que empresas estrangeiras ou que bancos estatais fariam aqui. *E por isso aumentou o ódio dos grandes proprietários contra o companheiro Chico, aumentou o ódio ao ponto de culminar na morte dele no dia 22* (Luiz Inácio Lula da Silva, 1988, grifo nosso).¹¹

Entre 1880 e 1920, havia, no mercado internacional, grande demanda de látex para a produção de borracha. Fonte dessa matéria-prima, o Brasil vivenciou, então, o chamado “ciclo da borracha”, propiciado pela extração do látex no Norte do país, que atraiu muitas pessoas para a região. Boa parte desses indivíduos chegaram ao Acre para trabalhar em seringais, e ali constituíram suas famílias e construíram suas vidas. Foi o caso dos pais de Chico Mendes, migrantes nordestinos em busca de oportunidades.

Esta atividade econômica sempre foi pautada por relações de grande exploração, pois os seringueiros eram subordinados aos donos dos seringais, além de se submeterem àquilo que o “aviador”¹² teria para oferecer, criando uma sociedade que, ao fim, era contrastante com a bonança econômica que a borracha proporcionava aos donos de seringais e que representava, de fato, miséria, para os trabalhadores.

O sentimento de revolta entre esses extrativistas era generalizado, mas o diferencial de Chico Mendes foi ter aprendido a ler e escrever (já na idade de 16 anos).¹³ Chico participou do primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais em Brasiléia, junto ao líder Wilson Pinheiro, promovendo os “empates às derrubadas” como forma de resistir. Quando sua luta começou a ganhar dimensão internacional, Chico Mendes foi assassinado no quintal de sua casa, com um tiro no peito, a mando de fazendeiros.

De acordo com o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), seringueiros foram, por muito tempo, o grupo que mais sofreu com disputas por terra no Acre, frequentemente vitimados por tentativas violentas de expulsão das terras em que vivem. A luta de Chico Mendes é hoje um de seus maiores legados, que se concretiza na Reserva Extrativista Chico Mendes, criada em 1990. Em suma, as famílias que trabalham nos seringais vivem nessas terras desde o ciclo da borracha, no entanto, elas não detêm o direito de posse ou propriedade da terra e ficam sujeitas às arbitrariedades empregadas por grupos de fazendeiros locais.

Outra figura relevante é Hildebrando Pascoal. Em simbologia antagônica à de Chico Mendes, Hildebrando Pascoal Nogueira Neto era, na década de 1980,

11. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kf7n1DmiZXw>. Acesso em: 25 ago. 2022.

12. Homens responsáveis por contratar o serviço dos seringueiros em troca de dinheiro ou produtos de subsistência.

13. Disponível em: <http://www.memorialchicomendes.org/chico-mendes/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

comandante da Polícia Militar do Acre, ao mesmo tempo que comandava um criminoso grupo político local, como revelado por investigações (Possas e Rocha, 2014, p. 252). Exercendo forte influência na sociedade acreana e com enorme poder sobre as instituições públicas, Pascoal alcançou, em 1998, o cargo de deputado federal. Contudo, em menos de um ano, teve seu mandato cassado, por crimes de grande repercussão nacional e internacional, tamanha sua crueldade e dimensão. Um dos casos mais emblemáticos foi o célebre “crime da motosserra”, ocorrido em 1996, quando Agilson Santos Firmino, de 34 anos, foi esquartejado com uma motosserra pelo grupo de Hildebrando por vingança, devido a uma suposta participação de Agilson no assassinato do irmão de Hildebrando, Itamar Pascoal. Para Possas e Rocha (2014), Hildebrando Pascoal se valia de sua posição de oficial da Polícia Militar para tomar decisões arbitrárias e ilícitas, por intermédio de instituições estatais, para defender seus interesses privados.

Em certa medida, Hildebrando simbolizava um modo singular de imposição da lei aos cidadãos, pelas instituições locais. Eleito deputado federal, mesmo tendo cometido crimes extremamente violentos, Pascoal era simultaneamente respeitado e temido pela população acreana, o que Maquiavel vê como essencial para um *bom governante prosperar*. Foi preciso que ele alcançasse a esfera federal e tivesse destaque na mídia nacional para que fosse finalmente submetido às sanções previstas pelo direito penal, as quais nunca lhe tinham sido, até então, aplicadas.

Assim, percebe-se que a história do Acre é, sob certa ótica, alegoricamente marcada por figuras que operam em esferas distintas e demonstram diferentes forças de atuação. De um lado, a esfera ambiental, os crimes inerentes a ela e as lutas traçadas como forma de resistência. De outro, os crimes urbanos e de pistolagem, por vezes extremamente violentos, que acometem a sociedade acreana e que, mesmo com características de vingança privada, possuem algum tipo de participação institucional do estado. A partir dessa simbologia, podemos traçar considerações mais aprofundadas acerca dos principais conflitos e atividades relacionadas no Acre.

4.1 Conflitos fundiários

Os problemas fundiários representam um importante fator de conflito no Brasil. A má distribuição das terras, isto é, a concentração destas na mão de poucos, reflete dinâmicas próprias da formação histórica do país e da região Norte. Ali, os conflitos fundiários são parte do cotidiano de uma população que vive em meio à expansão da fronteira agropecuária e de operações das organizações criminosas.

Esses conflitos atingem famílias de pequenos agricultores, pessoas de baixa renda, trabalhadores rurais sem terra, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) os classifica como “ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos

naturais” (CPT, 2021, p. 12). No Acre, essa realidade pode ser constatada em notícias produzidas por veículos de mídia locais, relatórios da própria CPT e na literatura que trabalha questões fundiárias (Melo *et al.*, 2019; Fonseca *et al.*, 2019; Governo do Estado do Acre, 2018; FBSP, 2022a).

De acordo com o relatório de 2020 da CPT, o Acre registrou 1.201 invasões de terras, ficando atrás apenas de Roraima (19.662), Pará (19.638) e Amazonas (8.143). O relatório mostra ainda que o estado teve 59 conflitos por terra em 2020. De acordo com dados disponibilizados pelo MPAC,¹⁴ houve três homicídios dolosos decorrentes de disputa por terra naquele ano, representando 1,1% do total de homicídios dolosos no estado. As disputas por terra nem sempre resultam na morte dos envolvidos, mas implicam dinâmicas complexas.

Em relatório mais atual, produzido em 2021, observa-se que as ações violentas na região são protagonizadas principalmente por fazendeiros. Apesar de não serem de grande relevância numérica, em termos de indicadores de homicídio, os conflitos fundiários estão entre as principais dinâmicas violentas do estado. Se, por um lado, existem indivíduos que dependem de uma atuação do poder público para garantir o seu acesso à terra e fazer valer seus direitos – determinados pelo art. 231 da Constituição Federal de 1988¹⁵ –, por outro, há uma rede de interesses que agrega o capital proveniente da exploração de terras no Norte do Brasil, o que incide diretamente em problemas ambientais, como o desmatamento, que tem como característica primordial um violento processo de tomada da terra.

4.1.1 A dinâmica do processo de desmatamento

O desmatamento acumulado no Acre já alcança 3,54% de toda a extensão territorial da Amazônia Legal (16.668,00 km²),¹⁶ concentrando-se principalmente nos municípios que compõem a Regional do Baixo Acre – formada pelos municípios de Rio Branco, Bujari, Porto Acre, Senador Guiomard, Capixaba, Plácido Castro e Acrelândia. Em sexto lugar no *ranking* de estados mais desmatados da Amazônia Legal, o Acre teve, em junho de 2022, um aumento de 36% do desmatamento, em relação ao mesmo mês do ano anterior. O aumento dos conflitos agrários é a principal consequência do desmatamento na região e envolvem loteamentos ilegais, litígios, grilagem, questões de limites, entre outros (Melo *et al.*, 2019, p. 3).

14. A tabela pode ser visualizada no anexo G (tabela G.1).

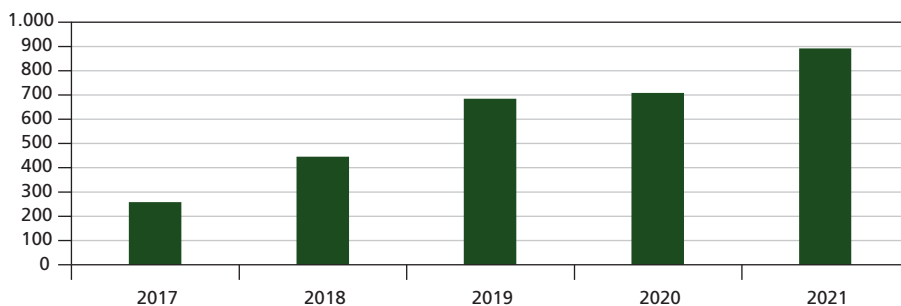
15. “Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 2016).

16. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 25 ago. 2022.

Segundo o Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Amazônia Legal por Satélite (Prodes), as taxas de desmatamento por km², no Acre, sofreram crescimento progressivo nos últimos cinco anos, como pode ser observado no gráfico 2.

GRÁFICO 2

Taxas de desmatamento por km² – Acre (2017-2021)



Fonte: Prodes.

Obs.: As taxas de desmatamento calculadas são baseadas nas áreas de desmatamento maiores que 6,25 ha. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>.

Segundo o Boletim do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD – Imazon, 2019), as áreas com maior ocorrência de desmatamento da Amazônia Legal têm sido áreas privadas, usadas para a instalação de pastos e das monoculturas de soja e de cana, além de assentamentos, unidades de conservação e terras indígenas.

Segundo o Prodes, grande parte do desmatamento em 2018 teria sido causado por projetos de assentamento, enquanto a Resex Chico Mendes teria sido a unidade de conservação que mais apresentou áreas desmatadas. Ainda segundo a mesma publicação, o desmatamento na região, em 2018, concentrou-se em áreas antropizadas e ao longo da BR-364 (Governo do Estado do Acre, 2018).

O noticiário de imprensa sobre o tema indica que a pecuária é a principal causadora de desmatamento no estado, onde houve um acréscimo de 21% no rebanho bovino, entre 2018 e 2020 (Gadelha, 2020). A imprensa sugere ainda que a atividade é amplamente incentivada pelo governo acreano, o qual, em 2022 reduziu em até 80% o imposto sobre a comercialização de gado destinado aos estados do Amazonas, Rondônia e Roraima (Prizibiszki, 2022).

Vale ressaltar que, no triênio 2019-2021, o estado teve 730 km² de suas florestas derrubadas (Rodrigues, 2022), patamar alarmante. Falhas na fiscalização ambiental também teriam contribuído para o aumento do desmatamento ilegal, nos últimos anos, como reconheceu o próprio governador do estado, Gladson Cameli (2022), em entrevista ao jornal Folha de São Paulo (Sassine, 2022).

Além de incidir sobre o meio ambiente, o desmatamento também afeta populações vulneráveis, especialmente no que se refere aos conflitos fundiários a ele associados. A invasão de terras, em especial nos assentamentos, em terras indígenas, unidades de conservação e áreas privadas em diversos estágios de posse, por desmatadores que apostam na regularização futura das áreas, ameaça a existência, principalmente, de posseiros, indígenas e seringueiros, e de seus modos de vida.

De acordo com relatórios da CPT (2018 a 2021), os grupos mais atingidos pelos conflitos fundiários no Acre são posseiros e seringueiros, vitimados por grupos que, normalmente, possuem maior poder político e econômico que eles.

4.1.2 Exploração de madeira no Acre

O Sistema de Monitoramento da Exploração de Madeira (Simex) lançou, em 2020, um infográfico com o mapeamento da exploração de madeira no Acre.¹⁷ Este infográfico informa que, entre agosto de 2019 e julho de 2020, 27.455 ha de floresta foram explorados para a extração de madeira. Feijó (13.037 ha), Rio Branco (4.281 ha) e Bujari (2.587 ha) foram os municípios com os maiores índices de exploração no período. Não se sabe, porém, se esta exploração é legal ou ilegal, uma vez que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema/AC) não disponibilizou esta informação. Segundo o Simex, grande parte dessa exploração ocorre em imóveis rurais privados e cadastrados.

Em 2021, o cenário foi alterado. Em nova pesquisa (Extração..., 2022) realizada entre agosto de 2020 e julho de 2021, o Simex constatou que 100% da exploração para extração de madeira mapeada no estado estaria dentro da legalidade, ocorrendo 94% em imóveis cadastrados. O estudo revelou ainda não haver indícios de exploração em áreas restritas, como unidades de conservação e terras indígenas. A área mapeada também foi consideravelmente menor, com uma redução de 16.569 ha de terra explorados.

Em contrapartida, em 2021, o Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Acre registrou um aumento de 150% dos crimes relacionados à invasão de áreas para furto de madeira (Muniz, 2021). Os grupos se organizam com maquinários (como tratores), adentram áreas privadas, retiram a madeira e transportam, geralmente à noite, para burlar a fiscalização. O dano, nesse caso, afeta o proprietário da terra, que fica com um prejuízo econômico individual.

Ressalte-se, ainda, que a exportação de madeira parece ser uma atividade lucrativa no estado, uma vez que o Acre fechou o mês de agosto de 2021 com saldo positivo de US\$ 2,55 milhões em sua balança comercial, tendo exportado 36,6% de madeira e seus derivados (Com mais..., 2021).

17. Disponível em: <https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Simex-Acre-Agosto-de-2019-a-Julho-de-2020.pdf>.

4.2 A violência contra mulher: uma realidade preocupante no Acre

A violência contra a mulher pode ser caracterizada por “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, inclusive decorrente de discriminação ou desigualdade étnica, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público quanto no privado” (Brasil, 2003). Essa violência é um dos principais obstáculos para que a garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais sejam, efetivamente, conquistadas por mulheres e meninas (Engel, 2015). A análise cautelosa de dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022b) e pelo *Anuário de indicadores de violência 2012-2021* (MPAC, 2022) desvela uma realidade preocupante no Acre. Crimes como lesão corporal dolosa em decorrência de violência doméstica, estupro, estupro de vulnerável, homicídio de mulheres e feminicídio são indicadores que possuem taxas altas para o estado, em comparação com as médias nacionais (anexo E).

Com relação à violência doméstica, um estudo realizado entre os anos de 2017 e 2021, com base nos dados do Datasus, demonstrou que a faixa etária de mulheres mais atingidas foi aquela de 15 a 19 anos, seguida da de meninas de 10 a 14 anos. O tipo de violência com registro mais frequente foi a violência física/espantamento, com 5.476 registros, seguido da violência sexual, com 3.872 registros. Para os autores, a predominância da violência física e sexual pode estar relacionada ao ambiente em que a maior parte dos casos ocorre, o domicílio. Com relação ao vínculo que a vítima possuía com o agressor, destacam-se os cônjuges (1.374 casos), vindo em seguida namorados(as) (936 casos). O município em que esses crimes se concentram no estado é sua capital, Rio Branco (MPAC, 2022).

O feminicídio – agravante do crime de homicídio –, que é representado pelo assassinato de mulheres em decorrência do seu gênero, também aparece de forma alarmante no cenário acreano. Em 2020, o estado ficou em quarto lugar entre aqueles com as maiores taxas de feminicídio do país, com uma taxa de 2,7 por 100 mil mulheres, atrás de Mato Grosso (3,6), Roraima (3,0) e Mato Grosso do Sul (2,9). No ano seguinte, o estado registrou 2,9 feminicídios por 100 mil mulheres, maior taxa da região Norte.

De acordo com a vice-presidente do Instituto Mulheres da Amazônia, Maria Meirelles, em entrevista ao veículo independente *Amazônia Real*, o Acre sofreu, com todo o país, diversos retrocessos em relação às políticas públicas para mulheres. Meirelles diz: “O que a gente vê hoje é um cenário muito desfavorável no Brasil e no Acre. Tivemos um retrocesso absurdo nos últimos anos e que se intensificou no governo Bolsonaro. Ao mesmo tempo, vemos a violência contra a mulher aumentar disparadamente” (Mello, 2021). A vice-presidente atribui ao conservadorismo, amparado pelo machismo, uma das causas desses números

alarmantes (Mello, 2021). Nesse sentido, fica claro que a violência contra mulheres necessita de atenção especial na agenda do estado.

4.3 O tráfico internacional de drogas e as rotas transfronteiriças

O Acre situa-se, geograficamente, nas principais rotas internacionais do tráfico de drogas que têm origem no Peru e na Bolívia, países com os quais faz fronteira e que são grandes produtores mundiais de cocaína (UNODC, 2023). Sendo assim, o território atrai organizações criminosas que visam lucrar com o comércio de mercadorias ilícitas. O quadro 2 apresenta as organizações criminosas (Orcrim) que atuam no estado, segundo o MPAC.

QUADRO 2

Facções/organizações criminosas no estado do Acre

UF	Facção
Acre	Comando Vermelho (CV/AC)
	Primeiro Comando da Capital (PCC)
	Bonde dos 13 (B13)
	Irmandade Força Ativa Responsabilidade Acreana (Ifara)

Fonte: MPAC (2022).

Elaboração dos autores.

Obs.: UF – Unidade Federativa.

O CV e o PCC são facções de base prisional oriundas do Sudeste brasileiro, enquanto o B13 e a Ifara originaram-se na própria região Norte. Esses grupos armados ilegais entram em conflitos sangrentos pelo controle das rotas do tráfico, assim como de territórios urbanos. De acordo com o *Anuário de indicadores de violência* (2012-2021), produzido pelo MPAC, em 2020, a primeira Orcrim a registrar atividade no estado teria sido o PCC,¹⁸ o que parece ter sido confirmado por meio da Operação Diáspora, ocorrida em 2013, que visou desarticular a atuação do grupo na região (MPAC, 2022; Arruda, 2013). O surgimento da facção B13 teria sido uma resposta à expansão do PCC no território, isto é, treze criminosos locais que dominavam o comércio de drogas nos bairros acreanos teriam se reunido com o objetivo de unir forças contra o “intruso paulista”. Uma outra narrativa sobre o surgimento dessa facção é a de que ela teria sido fundada por alguns “irmãos” do PCC, descontentes com a “burocracia” imposta pelo grupo (Adorno, 2020). Ambas as narrativas relacionam o surgimento da facção à chegada do PCC no estado.

18. O anuário esclarece que, anteriormente ao aparecimento dessas organizações criminosas no estado, já existiam grupos de extermínio atuando, em especial na década de 1980 e início da década de 1990.

Por sua vez, a facção Ifara possui trajetória diferente. Conforme o anuário do MPAC, este grupo é o mais antigo da região e age, em especial, nas rotas oriundas da Bolívia, com destino ao Nordeste. O CV é a facção de atuação mais recente do estado, tendo recebido maior atenção midiática a partir da operação “Êxodo”, da Polícia Civil, em 2015 (Polícia..., 2016). Atualmente, o CV domina as principais rotas do tráfico e boa parte do comércio de drogas no território acreano. Segundo o MPAC e outros interlocutores desta pesquisa, no estado (membros do Poder Executivo), o grupo não manteria alianças com as demais organizações da região (MPAC, 2022).

Esses grupos impactam diretamente a violência da região, em decorrência de seus conflitos por território e controle das rotas fronteiriças. Para um promotor entrevistado pela pesquisa, as altas taxas de roubos e furtos de veículos no estado devem-se ao fato de que “a maioria desses veículos é desviada para países vizinhos, onde é trocada pela cocaína” (Ritto, Norton e Prado, 2019).

Segundo o *Anuário brasileiro de segurança pública especial* (FBSP, 2022), as taxas de roubos e furtos de veículos do Acre apresentaram altas nos anos de 2018 (662,6) e 2019 (835,8), tendo se reduzido em 2020 (313,1), quando as fronteiras terrestres foram fechadas, em virtude da crise sanitária causada pela pandemia de covid-19 (Galvani, 2020). Contudo, o indicador voltou a subir consideravelmente em 2021 (418,8), quando as fronteiras foram reabertas, ainda que com restrições.

Outro indicador que mostra o potencial de alteração das dinâmicas locais ligadas ao tráfico é o de homicídios. No início de 2020, ocorreram trinta homicídios em apenas dezoito dias, na capital do estado, Rio Branco (Adorno, 2020). Essas mortes foram, em sua maioria, execuções, esquartejamentos e chacinas, práticas comuns nas disputas entre grupos criminosos.

Dos 22 municípios que formam o estado do Acre, dezessete localizam-se nas regiões de fronteira, que se estendem por 1.900 km. A cidade de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é extremamente relevante para se pensar a distribuição de drogas no Brasil, funcionando como um centro de redirecionamento de rotas. A carga chega na cidade pela bacia hidrográfica do rio do Juruá, com nascente no Peru e, a partir deste ponto, as rotas seguem por via fluvial, em direção a Manaus, e por via terrestre, pela BR-365, com destino a Rio Branco, conectando-se a outras regiões, em especial o Centro-Sul brasileiro (Silva e Silva, 2020). Cabe ressaltar que muitas dessas rotas irão seguir para o exterior, a exemplo da Europa e da África (UNODC, 2023).

As conexões entre vias fluviais, terrestres e aéreas são complexas. Seja por meio de rios que se escondem entre as matas, seja por trilhas cobertas pela floresta, esta rede de transportes de mercadorias ilegais não é fiscalizada. Em 2019, uma equipe da TV GloboNews percorreu pontos de fronteira entre o Peru e o Acre

e constatou trânsito livre de veículos e pessoas nessas regiões (Ritto, Norton e Prado, 2019).

5 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO TERRITÓRIO

5.1 O Grupo Especial de Operações de Fronteira (Gefron/AC)

Instituído pela Lei Estadual nº 3.651, de 10 de setembro de 2020 (Acre, 2020), o Gefron/AC visa atuar nas regiões de fronteira do Acre com o Peru e a Bolívia. O efetivo recebe treinamento específico e conta com a participação da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Penal e do Corpo de Bombeiros Militar, respeitando-se as atribuições e competências legais de cada instituição.

Em contrapartida, conforme argumentam membros do MPAC, as forças de segurança pública do estado teriam baixa capacidade de combate ao grande narcotráfico, o que reside na necessidade de estas forças atuarem também em crimes tipicamente urbanos, que acabam por consumir grande parte dos recursos humanos (o próprio efetivo policial) e logísticos (equipamentos, por exemplo) disponíveis. A vigilância das fronteiras é também das instituições federais – Polícia Federal, Exército e, mais recentemente, das demais Forças Armadas.¹⁹

5.2 Atuação em conjunto com forças bolivianas (Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira)

No primeiro semestre de 2022, foi instituído o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) no Acre (PRF participa..., 2022). Seu objetivo é proporcionar uma integração entre as forças de segurança dos países que fazem fronteira com o Brasil, em consonância com a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron). Na carta de intenções, seis medidas são adotadas para prevenir e combater os crimes entre o Acre e a Bolívia, conforme descrito a seguir.

- 1) Patrulhamento policial conjunto na região de fronteira.
- 2) Criação de redes de resposta e ações policiais imediatas.
- 3) Estabelecimento de oficiais de ligação e pessoal de contato.
- 4) Troca de informações entre as polícias boliviana e brasileira.
- 5) Programação de reuniões periódicas para evolução das ações realizadas.
- 6) Intercâmbio de informações entre instituições de controle de imigração, antecedentes criminais, sistema prisional e polícia.

19. Em 2004, foi atribuído ao Exército Brasileiro, por meio da Lei Complementar (LC) nº 177, poder de polícia nas regiões de fronteira. Em 2010, por meio da LC nº 136, esse poder foi estendido para as demais Forças Armadas.

Diversas notícias e alguns artigos têm mostrado a importância de um trabalho colaborativo entre as forças de segurança do estado no combate ao tráfico de ilícitos transnacional.²⁰ Dessa forma, a integração entre o Acre e a Bolívia, que se institucionaliza por meio da criação do gabinete, pode ser considerada positiva. O gabinete funciona como um fórum colegiado, em que as decisões são deliberativas e se opera em consenso, sem hierarquia. Considerando-se a recente instalação (em 2022), pouca informação é encontrada sobre o GGIF; entretanto, é uma política que deve ser acompanhada.

5.3 Programa Acre pela Vida: por uma cultura de paz (2020)

O projeto Acre pela Vida (Projeto..., 2019), iniciativa do Governo do Estado do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), visa integrar as instituições públicas para o combate ao crime, com ênfase em ações preventivas.

Outras pastas participam da iniciativa, tais como a Secretaria de Estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres (SEAS-DHM), que atende mulheres vítimas de violência e procura sanar dúvidas sobre seus direitos. Contudo, o público-alvo preferencial do programa são crianças e adolescentes. Entre 2021 e outubro de 2022, 3,5 mil crianças e adolescentes foram atendidos em todo o estado, por meio de ações de cunho social e cultural, bem como vacinação, emissão de carteiras de identidade, testes rápidos sobre doenças sexualmente transmissíveis, serviços essenciais para o exercício da cidadania (Saab, 2022).

O projeto atua em municípios com altos índices de violência, como Rio Branco e Cruzeiro do Sul, que concentram a maior parte dos homicídios no Acre, priorizando bairros periféricos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresentou aspectos gerais do estado do Acre, bem como particularidades no que diz respeito às dinâmicas de violência e criminalidade que têm contribuído para elevar suas taxas de homicídio. Sua posição geográfica em área de fronteira internacional com o Peru e a Bolívia – ambas nações produtoras da cocaína – responde, em grande medida, pela violência letal ali observada. As disputas pelo controle das rotas de escoamento deste produto em solo brasileiro, bem como pelo controle de territórios urbanos, entre diferentes organizações criminosas (como anteriormente apontado), são fator determinante do quadro de violência que se apresenta não só no Acre, mas nos diversos estados amazônicos.

20. A esse respeito, ver Verus (2022) e Silva *et al.* (2021).

Por sua vez, a disponibilidade de estradas de rodagem nessas fronteiras – característica particular do Acre, comparado a outros estados da região Norte – favorece também os roubos e furtos de veículos, destinados a servir como moeda de troca nos países estrangeiros, para a compra de mercadorias ilícitas.

Além disso, o Acre também padece de crimes ambientais – desmatamento, exploração ilegal de madeira – e de conflitos fundiários que resultam, muitas vezes, em mortes e violência contra grupos sociais vulneráveis, como indígenas, assentados, posseiros e seringueiros.

As forças de segurança estaduais, por seu turno, parecem encontrar dificuldades na coibição destes crimes, ainda que disponham de órgãos de controle de fronteiras. O estado apresenta, assim, desafios que exigem uma atuação integrada com as forças federais, tendo em vista uma efetiva mudança do seu atual cenário violento.

REFERÊNCIAS

ACRE. Lei nº 3.651, de 10 de setembro de 2020. Dispõe sobre a criação do Grupo Especial de Operações em Fronteira (Gefron/AC) e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Rio Branco, 11 set. 2020. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ac/lei-ordinaria-n-3651-2020-acre-dispoe-sobre-a-criacao-do-grupo-especial-de-operacoes-em-fronteira-gefron-ac-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 ago. 2022.

ADORNO, L. Rota do tráfico: Rio Branco tem 7 homicídios em 3 horas e já soma 30 no ano. **UOL**, São Paulo, 19 jan. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/01/19/com-atrito-entre-faccoes-capital-do-acre-tem-30-homicidios-em-18-dias.htm>. Acesso em: 13 out. 2022.

ARRUDA, I. Operação Diáspora desarticula PCC no Acre. **A Tarde**, 1º fev. 2013. Disponível em: <https://atarde.com.br/brasil/operacao-diaspora-desarticula-pcc-no-acre-493358>. Acesso em: 9 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. **Diário Oficial**, Brasília, p. 11, 25 nov. 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2016.

COM mais de 36% de exportação de madeira, Acre fechou agosto com saldo positivo de US\$ 2,55 milhões. **G1**, Rio Branco, 13 set. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/09/13/com-mais-de-36percent-de-exportacao-de-madeira-acre-fechou-agosto-com-saldo-positivo-de-us-255-milhoes.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2022.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2020. Goiânia: CPT Nacional, 2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>. Acesso em: 31 ago. 2022.

CRESWELL, J.; CLARK, V. L. P. A natureza da pesquisa de métodos mistos. *In*: CRESWELL, J.; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 19-32.

ENGEL, L. C. **A violência contra mulher**. Brasília: Ipea, 2015.

EXTRAÇÃO de madeira no AC se concentra em áreas privadas e está 100% autorizada, aponta estudo. **G1**, Rio Branco, 1º out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/10/01/extracao-de-madeira-no-ac-se-concentra-em-areas-privadas-e-esta-100percent-autorizada-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na Região Amazônica**: relatório final. São Paulo: FBSP, 2022a.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FONSECA, A. *et al.* **Boletim do desmatamento da Amazônia Legal**. Belém: Imazon, 2019. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-junho-2019-sad/>. Acesso em: 6 out. 2022.

GADELHA, A. Com 3,5 milhões de cabeças de gado, rebanho de bovinos no AC tem crescimento de 21% em dois anos. **G1**, Rio Branco, 20 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/10/20/com-35-milhoes-de-cabecas-de-gado-rebanho-de-bovinos-no-ac-tem-crescimento-de-21percent-em-dois-anos.ghtml>. Acesso em: 6 out. 2022.

GADELHA, A.; ZANCHETA, D. Justiça do Acre autoriza que Hildebrando Pascoal volte a cumprir prisão domiciliar. **G1**, Rio Branco, 22 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/10/22/justica-do-acre-autoriza-que-hildebrando-pascoal-volte-a-cumprir-prisao-domiciliar.ghtml>. Acesso em: 1º nov. 2022.

GALVANI, G. Brasil fecha fronteiras terrestres para conter coronavírus. **Carta Capital**, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/brasil-fecha-fronteiras-terrestres-para-conter-coronavirus/>. Acesso em: 9 out. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Dinâmica do desmatamento em 2018 no Estado do Acre – Prodes**. Rio Branco: Sema, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1PuRCL1JqsEiwRJx5v4sVC-Fm7LXeCs20/view?usp=drive_link.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: Indígenas – primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>.

MELLO, B. Acre tem uma denúncia de violência doméstica a cada quatro horas. **Amazônia Real**, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/acre-tem-uma-denuncia-de-violencia-domestica-a-cada-quatro-horas/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MELO, A. W. F. de. *et al.* Áreas críticas para desmatamento e focos de calor no Acre: integrando dados de sensoriamento remoto e entrevistas participativas. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 19., 2019, Santos, São Paulo. **Anais...** Santos: Inpe, 2019.

MPAC – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE. **Anuário de indicadores de violência 2012-2021**: demonstrativo histórico de indicadores prioritários de violência e criminalidade no Estado do Acre. 6. ed. Rio Branco: MPAC, 2022. Disponível em: https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/AnuariodeViolencia_2022.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

MUNIZ, T. Batalhão ambiental registra aumento de 150% em ocorrências de furto de madeira para venda ilegal no AC. **G1**, Rio Branco, 12 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/02/12/batalhao-ambiental-registra-aumento-de-150percent-em-ocorrencias-de-furto-de-madeira-para-venda-ilegal-no-ac.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2022.

POLÍCIA Civil deflagra Operação Êxodo e prende dois assessores parlamentares. **A Gazeta do Acre**, 15 set. 2016. Disponível em: <https://agazetadoacre.com/2016/09/noticias/policia-civil-deflagra-operacao-exodo-e-prende-dois-assessores-parlamentares/>. Acesso em: 15 out. 2022.

POSSAS, M. T.; ROCHA, T. T. da. “A onça comeu o suspeito”: reflexões sobre o *rule of law* no Acre entre os anos 1980 e 2000. **Lua Nova**, n. 91, p. 229-270, jan.-abr. 2014.

PRF PARTICIPA de instalação de gabinete de gestão integrada de fronteira. **Gov.br**, Rio Branco, 27 maio 2022. Disponível em: https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias_anteriores/estaduais/acre/2022/maio22/prf-participa-de-instalacao-de-gabinete-de-gestao-integrada-de-fronteira. Acesso em: 28 ago. 2022.

PRIZIBISCZKI, C. Para beneficiar pecuária, Acre reduz em até 80% o imposto sobre comercialização do gado. **O Eco**, 17 maio 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/para-beneficiar-pecuaria-acre-reduz-em-ate-80-imposto-sobre-comercializacao-de-gado/>. Acesso em: 7 out. 2022.

PROJETO Acre Pela Vida é apresentado ao TJAC. **TJAC**, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://www.tjac.jus.br/2019/08/projeto-acre-pela-vida-e-apresentado-ao-tjac/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

RITTO, C.; NORTON, R.; PRADO, G. Na fronteira do Acre, combate ao tráfico enfrenta falhas na fiscalização e avanço de facções. **G1**, 19 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/10/19/na-fronteira-do-acre-combate-ao-traffic-enfrenta-falhas-na-fiscalizacao-e-avanco-de-faccoes.ghtml>. Acesso em: 9 out. 2022.

RODRIGUES, I. Amazônia Legal: desmatamento no Acre mais de dobrou em seis anos, aponta Ipam. **G1**, Rio Branco, 9 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/natureza/amazonia/noticia/2022/02/09/amazonia-legal-desmatamento-no-acre-mais-de-dobrou-em-seis-anos-aponta-ipam.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2022.

SAAB, R. Programa Acre pela Vida, da Sejusp, leva dignidade a crianças e adultos na Vila do Incra. **Notícias do Acre**, 24 out. 2022. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/programa-acre-pela-vida-da-sejusp-leva-dignidade-a-criancas-e-adultos-na-vila-do-incra/>. Acesso em: 1º nov. 2022.

SASSINE, V. Governador do Acre admite fiscalização frouxa e fala em ‘prejuízo grande’ se não apoiasse Bolsonaro. **Folha de S.Paulo**, Manaus, 7 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/governador-do-acre-admite-fiscalizacao-frouxa-e-fala-em-prejuizo-grande-se-nao-apoiasse-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 27 out. 2022.

SILVA, A. L. *et al.* Integração entre forças de operações especiais e inteligência na repressão ao crime organizado na microrregião do Vale do Juruá, Acre. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDITORES E PESQUISADORES NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA*, 1., 2021. **Anais...**, dez. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/357167485_INTEGRACAO_ENTRE_FORCAS_DE_OPERACOES_ESPECIAIS_E_INTELIGENCIA_NA_REPRESSAO_AO_CRIME_ORGANIZADO_NA_MICRORREGIAO_DO_VALE_DO_JURUA_ACRE.

SILVA, E. G. da; SILVA, S. S. da. BR-364 – Nos confins da fronteira oeste do Brasil: uma via para a integração rodoviária do Acre (Cruzeiro do Sul) com Ucayalli (Pucallpa). **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 24, n. 2, p. 554-575, jan.-dez. 2020.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUG AND CRIME. **Global Report on Cocaine 2023**: local dynamics, global challenges. [s.l.]: United Nations Publications, 2023. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/cocaine/Global_cocaine_report_2023.pdf.

VERUS, I. Operação conjunta das Forças de Segurança faz maior apreensão de armas de fogo do Alto Acre. **Notícias do Acre**, 7 dez. 2022. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/operacao-conjunta-das-forcas-de-seguranca-faz-maior-apreensao-de-armas-de-fogo-do-alto-acre/>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRE, R. C. *et al.* Casos de violência contra a mulher no estado do Acre no período compreendido entre 2017 a 2021. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, p. e277111335564-e277111335564, 7 out. 2022.

AZEVEDO, E. M. de. 2022: uma mudança de rumo no agro acreano. **Notícias do Acre**, 9 out. 2022. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/2022-uma-mudanca-de-rumo-no-agro-acreano/>. Acesso em: 12 out. 2022.

COMANDO Vermelho avança e “toma” bairros antes dominados pelo PCC e B13 em Rio Branco. **Folha do Acre**, 7 abr. 2022. Disponível em: <https://folhadoacre.com.br/2022/04/comando-vermelho-avanca-e-toma-bairros-antes-dominados-pelo-ppc-e-b13-em-rio-branco/>. Acesso em: 13 out. 2022.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2019. Goiânia: CPT Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>. Acesso em: 31 ago. 2022.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>. Acesso em: 31 ago. 2022.

FACCIONADOS do B13 e PCC se desentendem na Cidade do Povo e acabam baleados. **AC24horas**, Rio Branco, 17 out. 2021. Disponível em: <https://ac24horas.com/2021/10/17/faccionados-do-b13-e-ppc-se-desentendem-na-cidade-do-povo-e-tres-acabam-baleados/>. Acesso em: 15 out. 2022.

FERREIRA NETO, W. B.; RIBEIRO, A. J. O poder de polícia do Exército na faixa de fronteira como vetor de prevenção de conflitos intra e interestaduais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Rebrageo, 2014.

HIRATA, D. Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do “Arco Norte”. **Ciência e Cultura**, v. 67, n. 2, p. 30-34, abr.-jun. 2015.

MADEIRO, C. Pecuária responde por 75% do desmatamento em terras públicas da Amazônia. **UOL**, Maceió, 27 out. 2021. Disponível em: [NASCIMENTO, A. Polícia investiga se paciente preso com 156 kg de cocaína em carro oficial teve ajuda para transportar droga no AC. **G1**, Rio Branco, 3 dez. 2021. Disponível em: \[OPERAÇÃO cumpre mais de 80 mandados de prisão contra organização criminosa no Acre. **G1**, Rio Branco, 28 jan. 2022. Disponível em: \\[PIMENTEL, R. M. C. **Moradias e segurança pública**: o estudo de caso do conjunto habitacional Cidade do Povo-AC. 2017. 96 f. Dissertação \\\(Mestrado\\\) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.\\]\\(https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/01/28/operacao-cumpre-mais-de-80-mandados-de-prisao-contra-organizacao-criminosa-no-acre.ghtml. Acesso em: 15 set. 2022.</p></div><div data-bbox=\\)\]\(https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/12/03/policia-investiga-se-paciente-pres-com-156-kg-de-cocaina-em-carro-oficial-teve-ajuda-para-transportar-droga-no-ac.ghtml. Acesso em: 15 set. 2022.</p></div><div data-bbox=\)](https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2021/10/27/amazonia-87-do-desmatar-em-terras-publicas-ocorreu-em-areas-nao-destinadas.htm#:~:text=Isso%20foi%20impulsionado%20pela%20falta,avan%C3%A7o%20de%20C3%A1reas%20de%20pastagem. Acesso em: 12 out. 2022.</p></div><div data-bbox=)

SAHID, D. Vídeo mostra bando do CV atacando Cidade do Povo a tiros; três pessoas ficaram feridas. **AC24horas**, Rio Branco, 10 ago. 2020. Disponível em: [SEOP apresenta projeto Cidade do Povo ao TCE-AC. **JusBrasil**, 23 abr. 2012. Disponível em:](https://ac24horas.com/2020/08/10/video-mostra-bando-do-cv-atacando-cidade-do-povo-a-tiros-tres-pessoas-ficaram-feridas/. Acesso em: 15 out. 2022.</p></div><div data-bbox=)

ANEXO A

TABELA A.1
Dados geográficos e sociodemográficos

Dados territoriais				
Estados limítrofes	Amazonas, Rondônia			
Fronteiras	Peru, Bolívia			
Número de municípios	22			
Área territorial (km ²)	164.173,43			
Dados sociodemográficos		UF	Região	Brasil
População	População estimada (2021)	906.876	18.906.962	213.317.639
	Densidade demográfica (hab./km ²)	4,47	4,12	22,43
	População 0-14 anos (%) (2010)	33,7	31,2	24,1
	População 15-29 anos (%) (2010)	29,2	29,5	26,9
	População 30-59 anos (%) (2010)	30,6	32,5	38,2
	População 60+ anos (%) (2010)	6,3	6,8	10,8
	População negra (%) (2010)	5,8	6,4	7,6
	População parda (%) (2010)	66,2	66,9	43,1
	População indígena (%) (2010)	2,1	1,9	0,4
	População branca (%) (2010)	23,8	23,4	47,7
Renda e desigualdade	População urbana (%) (2010)	72,5	73,5	84,4
	População rural (%) (2010)	27,4	26,5	15,6
	Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (R\$) (2022)	1.038,00	1.175,29	1.613,23
	Índice de Gini – do rendimento domiciliar <i>per capita</i> , a preços médios do ano (2022)	0,54	0,53	0,54
	Pobres (%) (2003)	42,2	40,1	37,6
Trabalho	Extremamente pobres (%) (2003)	16,5	12,5	8,4
	População vivendo em aglomerados subnormais (%) (2010)	8,5	14,4	72,6
	Taxa de desocupação (14+) (2021)	15,7	13,7	13,8
	Taxa de formalização da força de trabalho (2022)	45,5	41,4	59,9
Educação	Rendimento médio real de todos os trabalhos (R\$) (2022)	2.277,00	2.195,00	2.839,00
	Taxa de analfabetismo (15+) (2019)	10,9	7	6,1
	Média anos de estudo (15+) (2019)	9,1	9,3	9,8
	População (14+) com 5 anos ou menos de estudo (%) (2019)	22,5	11,49	10,35

Fontes: Para proporção por idade, Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>; acesso em: mar. 2023); para incidência da pobreza, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Cidades 2003; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021, acumulado de quintas visitas (Tabela 1.2 – Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – Brasil – 2021; Tabela 2.16 – Total e proporção de pessoas, por classes de rendimento domiciliar *per capita* selecionadas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – Brasil – 2021); para domicílios ocupados em aglomerados subnormais em relação ao total de domicílios ocupados (%), IBGE 2019 (disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf; acesso em: mar. 2023); para síntese de indicadores sociais, IBGE 2021 (disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/95341?ano=2021>; acesso em mar. 2023); para rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido por trimestres (4º trimestre de 2022), Sidra 2022 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#resultado>; acesso em: mar. 2023); para taxa de analfabetismo (15 anos ou mais), Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113#resultado>); para número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126#resultado>; acesso em: mar. 2023); e para pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudo, Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7132#resultado>; acesso em: mar. 2023).

Elaboração: *Pool* de Estatística da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

Obs.: UF – Unidade Federativa.

ANEXO B

TABELA B.1
Homicídios por 100 mil habitantes dos 22 municípios do Acre

Municípios	Taxa média por triênio										
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020	
Acrelândia	20,4	20,0	17,2	21,7	26,1	32,6	34,4	38,3	33,3	24,0	
Assis Brasil	15,8	15,5	25,3	14,9	14,7	14,4	33,0	65,0	63,9	44,9	
Brasiléia	28,4	24,9	25,8	25,4	23,5	24,4	26,7	31,5	29,7	31,7	
Bujari	11,3	7,4	10,9	10,7	24,6	38,0	40,8	36,8	26,4	45,5	
Capixaba	14,5	21,1	20,5	19,9	22,6	25,1	36,7	56,7	52,4	42,6	
Cruzeiro do Sul	22,4	22,6	19,6	17,8	13,8	18,7	34,4	50,6	52,9	38,9	
Eptaciolândia	8,5	20,8	26,5	28,0	19,7	19,3	26,6	28,0	22,1	21,7	
Feijó	21,7	26,5	26,4	21,5	21,4	21,3	31,9	36,6	37,5	35,5	
Jordão	9,7	14,2	18,5	27,2	17,7	39,0	38,2	33,3	12,3	4,0	
Mãncio Lima	16,8	14,4	18,1	11,8	17,4	15,1	20,4	25,5	34,0	31,6	
Manoel Urbano	24,0	15,8	38,8	42,1	37,7	22,3	25,7	21,7	25,0	28,2	
Marechal Thaumaturgo	11,2	6,5	8,5	6,2	8,0	7,8	5,7	3,7	0,0	0,0	
Plácido de Castro	14,9	25,7	25,4	23,3	19,5	31,6	34,8	36,2	32,4	30,4	
Porto Walter	0,0	10,2	9,9	12,8	3,1	6,1	8,9	8,7	11,4	8,4	
Rio Branco	25,9	26,0	28,7	34,7	36,3	44,6	58,8	67,6	62,7	49,8	
Rodrigues Alves	15,5	8,6	4,2	12,2	13,9	11,6	18,9	18,4	28,8	19,4	
Santa Rosa do Purus	0,0	0,0	0,0	0,0	5,9	5,7	22,2	21,6	21,0	10,2	
Senador Guiomard	17,4	23,5	32,6	27,6	33,4	33,1	44,7	48,7	42,4	31,9	
Sena Madureira	19,3	31,4	37,3	35,1	29,8	21,6	26,6	25,5	28,0	20,4	
Tarauacá	7,2	20,3	23,5	26,5	21,9	25,7	28,6	32,2	37,3	36,8	
Xapuri	9,9	11,7	23,0	18,9	20,4	21,9	28,8	26,6	15,8	13,8	
Porto Acre	19,3	18,9	24,7	32,3	33,6	36,8	47,5	48,5	45,8	36,0	

Fontes: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e IBGE. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde. População obtida de População Residente – Estimativas para o Tribunal de Contas da União – TCU (Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde).

Elaboração: Pool de Estatística da Diest/lpea.

Obs.: Taxa de homicídios – um homicídio por 100 mil habitantes.

ANEXO C

TABELA C.1
Homicídios por 100 mil habitantes

Brasil, região Norte e UFs	Taxa média por triênio											
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020		
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27,0	24,3		
Região Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46,0	43,5	38,4		
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53,0	52,6	49,3		
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45,0	49,4	47,4	46,3		
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7		
Acre	22,2	24,0	26,5	29,0	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3		
Amazonas	31,5	35,0	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9		
Tocantins	23,9	25,4	25,4	25,3	27,4	32,1	35,6	36,7	33,9	32,0		
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9		

Fontes: SIM e IBGE. Número de homicídios obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde. População obtida de População Residente – Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde).

Elaboração: *Pool* de Estatística da DIES/ipea.

Obs.: Taxa média de homicídios por 100 mil habitantes calculada pela média do número de homicídios do respectivo ano mais os dois anos anteriores, dividido pela população do ano anterior ao respectivo ano e multiplicado por 100 mil.

ANEXO D

TABELA D.1
Confrontos policiais – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Policiais mortos em confronto (em serviço e fora de serviço)/taxa por 1 mil policiais na ativa	
	2020	2021
Brasil	0,4	0,4
Acre	0,4	-
Amapá	-	-
Amazonas	0,7	0,6
Pará	0,7	0,7
Rondônia	0,7	0,3
Roraima	0,4	-
Tocantins	-	-

Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Estado do Acre (NAT/MPAC); Monitor da Violência (disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/>); IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2021; 2022).

TABELA D.2
Mortes decorrentes de intervenções policiais – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Mortes decorrentes de intervenções policiais/taxa por 100 mil habitantes	
	2020	2021
Brasil	3,0	2,9
Acre	3,0	1,2
Amapá	12,9	17,1
Amazonas	2,4	2,3
Pará	6,1	6,2
Rondônia	1,1	0,6
Roraima	2,5	1,4
Tocantins	1,7	2,6

Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; NAT/MPAC; Monitor da Violência (disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/>); IBGE; FBSP (2021; 2022).

REFERÊNCIAS

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MPAC – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE. **Anuário de indicadores de violência 2012-2021**: demonstrativo histórico de indicadores prioritários de violência e criminalidade no Estado do Acre. 6. ed. Rio Branco: MPAC, 2022. Disponível em: https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/AnuariodeViolencia_2022.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

ANEXO E

TABELA E.1

Violência contra mulher e de gênero – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Feminicídios/taxa por 100 mil mulheres	
	2020	2021
Brasil	1,3	1,2
Acre	2,7	2,9
Amapá	2,1	0,9
Amazonas	0,8	1,1
Pará	1,5	1,5
Rondônia	1,6	1,8
Roraima	3,0	1,6
Tocantins	1,3	2,6

Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais (Coine/RN); Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); IBGE; FBSP (2021; 2022).

TABELA E.2

Homicídios femininos – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Homicídios femininos/taxa por 100 mil mulheres	
	2020	2021
Brasil	3,7	3,6
Acre	6,9	6,4
Amapá	4,6	5,2
Amazonas	3,2	5,2
Pará	4,2	4,2
Rondônia	6,3	5,5
Roraima	5,3	8,3
Tocantins	4,9	4,8

Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC; Coine/RN; ISP/RJ; IBGE; FBSP (2021; 2022).

TABELA E.3

Estupro e estupro de vulnerável – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Estupro e estupro de vulnerável/taxa por 100 mil habitantes	
	2020	2021
Brasil	29,7	30,9
Acre	34,4	64,7
Amapá	54,5	60,5
Amazonas	20,5	17,6
Pará	37,9	44,5
Rondônia	51,9	50,8
Roraima	66,9	83,3
Tocantins	51,8	51,8

Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC; Coine/RN; ISP/RJ; IBGE; FBSP (2022).

Obs.: Os dados informados nesta seção correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados. A Lei Federal nº 12.015/2009 altera a conceituação de “estupro”, passando a incluir, além da conjunção carnal, os “atos libidinosos” e “atentados violentos ao pudor” (FBSP, 2021; 2022).

TABELA E.4

Lesão corporal dolosa: violência doméstica – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Lesão corporal dolosa: violência doméstica/taxa por 100 mil mulheres	
	2020	2021
Brasil	220,1	221,4
Acre	119,4	231,7
Amapá	203,1	283,0
Amazonas	112,2	123,0
Pará	151,6	198,6
Rondônia	485,1	445,6
Roraima	232,7	456,6
Tocantins	191,1	190,3

Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC; Coine/RN; ISP/RJ; IBGE; FBSP (2021; 2022).

REFERÊNCIAS

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MPAC – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE. **Anuário de indicadores de violência 2012-2021**: demonstrativo histórico de indicadores prioritários de violência e criminalidade no Estado do Acre. 6. ed. Rio Branco: MPAC, 2022. Disponível em: https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/AnuariodeViolencia_2022.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

ANEXO F

TABELA F.1

Perfil das instituições de segurança pública: efetivo – Acre (2020)

Instituição	Capital e região metropolitana	Interior	Total
Polícia Militar	1.750	650	2.400
Polícia Civil	-	-	-
Corpo de Bombeiros Militares	268	176	444
Órgãos Oficiais de Perícia	53	11	64

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp)/Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ), 2020 – Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojMDc0ZWFlYTgtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImVMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MmWYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9>.

TABELA F.2

Perfil das instituições de segurança pública: estrutura – Acre (2020)

Instituição	Unidades operacionais		Total
	Capital e região metropolitana	Interior	
Polícia Militar ¹	6	9	15
Polícia Civil ²	18	25	43
Corpo de Bombeiros Militares ³	4	7	11
Órgãos Oficiais de Perícia ⁴	4	3	7

Fonte: Senasp/MJ, 2020 – Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojMDc0ZWFlYTgtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImVMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MmWYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9>.

Notas: ¹ As quinze unidades operacionais da Polícia Militar do Acre estão distribuídas em: oito batalhões (cinco no interior e três na capital), três batalhões especializados (todos na capital) e quatro companhias independentes (no interior).

² As 43 unidades operacionais da Polícia Civil no Acre estão distribuídas em: 34 delegacias (23 no interior e onze na capital) e nove delegacias especializadas (duas no interior e sete na capital).

³ As onze unidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Acre estão distribuídas em: nove batalhões (seis no interior e três na capital) e duas companhias independentes (uma no interior e uma na capital).

⁴ As sete unidades operacionais dos Órgãos Oficiais de Perícia do Acre estão distribuídas em: duas de criminalística (uma no interior e uma na capital), duas de identificação (uma no interior e uma na capital) e duas de medicina legal (uma no interior e uma na capital).

TABELA F.3

Efetivo da ativa das polícias, por corporação – Acre (2021 e 2022)

Corporações	Números absolutos (2021)	Números absolutos (2022)
Polícia Militar	2.327	2.466
Polícia Civil	928	912
Corpo de Bombeiros	464 ¹	428 ²
Perícia Técnica	40	40
Polícia Penal	1.272	1.169

Fontes: FBSP (2022a; 2022b).

Notas: ¹ Posição dos dados em março de 2021.

² Posição dos dados em março de 2022.

REFERÊNCIAS

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na Região Amazônica**: relatório final. São Paulo: FBSP, 2022a.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 30 ago. 2022.

ANEXO G

TABELA G.1

Frequências absoluta e relativa de ocorrências de HDCs nos respectivos anos em todo o estado do Acre, por motivação: Ministério Público do Estado do Acre (2022)

Motivações	2018	2019	2020	2021
Droga/conflito Orccrim	273 (72,0%)	168 (59,8%)	158 (56,2%)	55 (32,0%)
Indeterminada	31 (8,2%)	42 (14,9%)	37 (13,2%)	52 (30,2%)
Bebedeira/fútil	35 (9,2%)	47 (16,7%)	54 (19,2%)	30 (17,4%)
Feminicídio	14 (3,7%)	11 (3,9%)	12 (4,3%)	13 (7,6%)
Vingança	12 (3,2%)	1 (0,4%)	2 (0,7%)	8 (4,7%)
Passional	5 (1,3%)	3 (1,1%)	6 (2,1%)	5 (2,9%)
Legítima defesa	3 (0,8%)	6 (2,1%)	6 (2,1%)	5 (2,9%)
Torpe	0 (0,0%)	1 (0,4%)	0 (0,0%)	3 (1,7%)
Linchamento	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,6%)
Erro de pessoa	2 (0,5%)	2 (0,7%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
Rixa	1 (0,3%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
Trânsito	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (0,7%)	0 (0,0%)
Disputa por terra	0 (0,0%)	0 (0,0%)	3 (1,1%)	0 (0,0%)
Estupro	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,4%)	0 (0,0%)
Ciúmes	2 (0,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
Infanticídio	1 (0,3%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
Total geral	379 (100,0%)	281 (100,0%)	281 (100,0%)	172 (100,0%)

Fonte: Observatório de Análise Criminal do Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Estado do Acre.

Obs.: HDCs – homicídios dolosos consumados; Orccrim – organizações criminosas.

REFERÊNCIAS

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na Região Amazônica**: relatório final. São Paulo: FBSP, 2022a.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 30 ago. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à covid-19 – notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf.

MPAC – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE. **Anuário de indicadores de violência 2012-2021**: demonstrativo histórico de indicadores prioritários de violência e criminalidade no Estado do Acre. 6. ed. Rio Branco: MPAC, 2022. Disponível em: https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/AnuariodeViolencia_2022.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

